vinetur

Disputa aduaneira na Índia ameaça cortes nas tarifas sobre o Scotch previstos no acordo comercial com o Reino Unido

Se o Scotch concentrado a granel for reclassificado, os direitos aduaneiros poderão manter-se nos 150%, aumentando os custos para os produtores indianos de whisky de lote

quinta-feira, 5 de novembro de 2026



Uma disputa na Índia sobre a classificação aduaneira das importações de whisky Scotch a granel está a ameaçar uma concessão importante do acordo comercial entre a Índia e o Reino Unido, gerando incerteza para os produtores de bebidas alcoólicas que dependem de Scotch importado para as suas marcas de whisky de lote.

A questão diz respeito a whisky Scotch concentrado, expedido a granel do Reino Unido para fabricantes indianos de bebidas alcoólicas. O Acordo Abrangente de Comércio e Economia entre a Índia e o Reino Unido, que entrou em vigor em 15 de julho, reduziu de 150% para 75% os direitos aduaneiros indianos sobre o whisky britânico, prevendo novas reduções até 40% no décimo ano. No entanto, a taxa reduzida aplica-se às posições pautais do whisky abrangidas pela posição 2208.30. Se as autoridades aduaneiras concluírem que algumas importações de Scotch a granel devem ser classificadas noutra posição, as empresas poderão perder acesso à taxa reduzida.

No centro da disputa estão duas classificações pautais concorrentes. A posição 2208 abrange bebidas espirituosas, e a subposição 2208.30 refere-se especificamente ao whisky. A posição 2106 é uma categoria residual mais abrangente, destinada a preparações alimentícias não especificadas nem incluídas noutra posição. As autoridades indianas responsáveis pelas receitas estão a analisar se o Scotch concentrado importado a granel deve ser considerado uma bebida espirituosa ao abrigo da posição 2208 ou uma preparação ao abrigo da posição 2106, por ser posteriormente loteado, misturado com outros produtos alcoólicos ou diluído antes do engarrafamento e da venda.

Esta distinção é importante porque a redução pautal prevista no acordo comercial foi negociada para o whisky. A pauta do acordo abrange explicitamente o whisky Scotch importado em recipientes com capacidade superior a dois litros, o que significa que os carregamentos a granel faziam parte da estrutura da concessão. Se o produto importado deixar de ser classificado como whisky e passar para a posição 2106, poderá ficar excluído do tratamento pautal preferencial. Nesse caso, os direitos aduaneiros poderão manter-se nos 150%, acrescidos do Imposto Integrado sobre Bens e Serviços.

Os fabricantes indianos de bebidas alcoólicas defendem que o produto continua a ser whisky Scotch, quer chegue em garrafas destinadas ao retalho ou em grandes recipientes, quer seja submetido a qualquer processo após a importação. Na sua opinião, o loteamento ou a diluição na Índia não alteram a identidade essencial do material importado. Defendem também que uma posição pautal específica para o whisky deve prevalecer sobre uma categoria residual como a posição 2106.

A disputa tornou-se mais delicada porque os carregamentos a granel representam uma grande parte do Scotch utilizado pela indústria indiana de bebidas espirituosas. Cerca de 80% das importações de whisky Scotch provenientes da Escócia, em volume, correspondem a remessas a granel, segundo a notícia publicada pelo The Financial Express. As empresas indianas utilizam esse Scotch como matéria-prima para marcas de whisky de lote, combinando-o com destilados de malte produzidos no país segundo fórmulas próprias, antes de engarrafarem e comercializarem o produto final.

Para o setor das bebidas, a decisão sobre a classificação poderá afetar diretamente o custo do Scotch importado posto no destino e a viabilidade económica do loteamento e do engarrafamento na Índia. A perda do tratamento pautal preferencial para as importações a granel poderá aumentar os custos das matérias-primas para os produtores que acrescentam valor no país. Poderá também alterar o equilíbrio concorrencial entre o whisky acabado importado e os produtos montados ou loteados localmente, com possíveis efeitos nas embalagens, na logística e nos fornecedores ligados às operações nacionais.

A preocupação do setor é que a recusa de direitos aduaneiros mais baixos para o Scotch a granel, mantendo as concessões para as importações de whisky acabado que cumpram os requisitos, crie um incentivo involuntário à importação de mais produto engarrafado, em vez de o transformar na Índia. Segundo os fabricantes, isso enfraqueceria as atividades de loteamento e engarrafamento no país, numa altura em que se esperava que o acordo comercial reduzisse os custos e facilitasse o planeamento das empresas que dependem do Scotch como matéria-prima.

A questão deixou de ser apenas um debate técnico aduaneiro e passou a integrar a política comercial. Numa reunião na segunda-feira, 2 de novembro, o secretário do Comércio, Rajesh Agrawal, disse aos representantes do setor que a ambiguidade seria resolvida de forma amigável e que os compromissos da Índia ao abrigo do acordo comercial seriam respeitados, segundo o The Financial Express. Espera-se que o Ministério do Comércio trabalhe com o Ministério das Finanças numa solução no âmbito do quadro jurídico existente, procurando assegurar a continuidade da atividade das empresas afetadas.

A proximidade da entrada em vigor dos cortes pautais sobre o whisky ao abrigo do acordo comercial tornou a questão mais urgente. Importadores, engarrafadores e proprietários de marcas aguardam agora uma posição clara do Governo sobre se o Scotch concentrado a granel continuará a ser tratado como whisky para efeitos aduaneiros ou se será aplicada uma interpretação mais restritiva na fronteira.